



2 DE OUTUBRO: OCUPAR AS RUAS E DERRUBAR BOLSONARO



Os Atos do dia 2 de outubro, que contarão com protestos nas principais cidades do País, levarão às ruas as reivindicações da classe trabalhadora, mostrando seu poder de decisão política em meio à crise sem precedentes, provocada pelo desgoverno de Jair Bolsonaro (sem partido).

O grito pelo #ForaBolsonaro no dia 2 de outubro vai defender o emprego com direitos, a segurança sanitária na pandemia, a renda e os serviços públicos. Será um Ato contra a fome, a carestia, a reforma Administrativa (PEC 32) e as privatizações. Será também um grito em defesa da agricultura familiar, dos direitos dos povos originários e da democracia, ameaçada pela nova “Lei Antiterrorista” de Bolsonaro.

Hoje, no Brasil, há 20 milhões de pessoas em situação de fome. O desemprego e a perda de direitos trabalhistas atingem mais da metade da classe trabalhadora. O salário mínimo está desvalorizado e a inflação descontrolada. A situação vai piorar se a PEC 32 for aprovada, pois a Reforma Administrativa significa a destruição dos serviços públicos, essenciais à maioria do povo.

A venda de empresas como a Eletrobrás, cuja privatização já foi aprovada no Congresso Nacional, vai elevar ainda mais as tarifas de luz, além de piorar os serviços prestados. Já a privatização dos Correios ameaça jogar o

País em um apagão postal e destruir a função social desta Empresa, um dos maiores patrimônios do povo brasileiro.

Somente a luta organizada da classe trabalhadora pode derrubar esse governo e construir uma alternativa de poder que atenda aos interesses da maioria. Mais uma vez, a mobilização precisará contar com a participação massiva dos trabalhadores para, assim, enfraquecer o oportunismo de partidos que votam contra os trabalhadores no Congresso Nacional, como o Solidariedade, que fecha em absolutamente tudo com o governo, mas querem fazer demagogia, se apresentando como “oposição”. Os atos devem levar às ruas as palavras de ordem que expressem as necessidades urgentes dos trabalhadores e a defesa dos direitos trabalhistas, da economia e da soberania nacionais.

É preciso construir a Frente Única das forças de esquerda para derrotar o conjunto da política neoliberal que não é apenas de Bolsonaro e de Paulo Guedes, mas de toda a burguesia, seus partidos e sua imprensa.

2 de outubro: todos às ruas!

Não à PEC 32!

Não às privatizações!

Fora Bolsonaro e todo o seu governo!

Por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo!



PEC 32 AMEAÇA DIREITOS DA POPULAÇÃO



A PEC 32, que trata da Reforma Administrativa, avança na Câmara dos Deputados e pode ir à Plenário nos próximos dias. A proposta é a sinalização de que todo o patrimônio do povo, inclusive seus direitos, serão transformados em mercadoria e entregues à iniciativa privada. Saúde e Educação serão os setores mais impactados, uma vez que a proposta prevê a diminuição do número de servidores, fim dos concursos públicos e aumento dos contratos temporários.

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou por 28 votos da base governista contra 18 votos da oposição, o texto do deputado Arthur Maia (DEM-BA). O governo negocia o apoio à PEC 32 por meio de aumento de recursos para emendas parlamentares.

É preciso lutar contra a entrega do Estado à iniciativa privada, a retirada de direitos da classe trabalhadora e o desmonte dos serviços públicos. As ruas são o espaço da mobilização da classe trabalhadora contra toda a política neoliberal de destruição dos seus direitos.

***Todos às ruas no dia 02 de Outubro para gritar:
Não à PEC 32! Fora Bolsonaro e todo seu governo.***

PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM: LENTIDÃO E DEMAGOGIA



Com grande apoio popular no Portal e-Cidadania, do Senado, o projeto de lei (PL 2.564/2020), que prevê um piso salarial para enfermeiros e técnicos e auxiliares de enfermagem da rede pública e privada, pode ser inserido como prioridade na pauta de votações do Plenário. No entanto, trata-se de uma armadilha pois o PL que irá ao plenário contém uma emenda da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) que sugere valores rebaixados em relação ao projeto original. Há o risco também de que a proposta aprovada desconsidere a reivindicação da jornada de 30 horas.

O Brasil tem cerca de 2,4 milhões de profissionais de enfermagem, com salário em torno de R\$ 1,4 mil por 40 horas de trabalho por semana. O lobby das empresas privadas de planos de Saúde conta com o apoio dos presidentes dos Conselhos Regionais de Enfermagem que, junto aos senadores, fazem demagogia com a proposta rebaixada, fingindo reconhecerem o valor desses profissionais que estão na linha de frente de combate à Covid-19.

Os trabalhadores sabem que sem luta não conquistam o que lhes é de direito. Os profissionais da enfermagem devem organizar a luta para exigir um piso e uma jornada que lhes garantam boas condições de trabalho e de vida.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS TRABALHADORES NA MIRA DO MERCADO



Com a reforma da previdência, Emenda Constitucional 103, aprovada no governo Bolsonaro, em 2019, o mercado financeiro e o governo resolveram promover o que se pode chamar de reforma da previdência complementar, sem consultar a parte interessada: os trabalhadores, que contribuíram durante uma vida de trabalho para a formação dessa reserva.

Segundo Antônio Bráulio, Presidente Associação Nacional de Fundos de Pensão e de Beneficiários de Saúde Suplementar de Autogestão, a proposta de mudanças no marco legal do sistema feita pelo mercado financeiro e pelo governo, com o pretexto de “harmonizar” os sistemas fechado e aberto de previdência complementar, ou seja, entre os fundos de pensão e os bancos e seguradoras, irá proporcionar a transferência do patrimônio de cerca de R\$ 1 trilhão dos fundos de pensão dos trabalhadores para ser administrado pelo mercado financeiro. Mais uma vez, ganham os bancos, perdem os trabalhadores.